



# Anais da Assembléia

Nº 117

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volcimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**Atos da Presidência:**

RESOLUÇÃO N° 17/92

Data: 13 de agosto de 1992

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Governador do Estado e no uso de suas prerrogativas constitucionais

D E C I D E:

E eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual, combinado com o art. 123, do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Conhecer da consulta, para declarar desde logo inviável a realização de plebiscito em território paranaense, previsto pelo Projeto de Decreto Legislativo n° 141/91 em tramitação na Câmara Federal, por não terem sido regulamentados os dispositivos constitucionais pertinentes.

Art. 2° - Desta Resolução dê-se ciência aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.08.92

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

RESOLUÇÃO N° 018/92

Data: 17 de agosto de 1992.

SÚMULA: Autoriza a alienação de imóvel na Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a PEDRO LUIZ DE-SENGRINI FORNARI, o imóvel constituído pelo lote n° 93, da Gleba n° 6, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com a área de 253,6194 hectares.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.08.92.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Antônio Costenaro Neto, Dirceu Manfrinató, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Geraldo Cartário, José Tavares, Luiz Antônio Setti e Mário Bezerra (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO N° 446/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar dispensa aos trabalhos legislativos em Plenário neste dia 18 de agosto, tendo em vista a impossibilidade de estar presente nesta Assembléia Legislativa, uma vez que compromissos inadiáveis prendem-me junto à comunidade de Cianorte.

Sendo só o que se me oferece no momento, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, votação em separado para as Proposições de Veto n°s 52/92 e 56/92, incidentes sobre os projetos 98/92 e 395/91, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

LYGIA PUPATTO

## REQUERIMENTO N° 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, sejam concedidas passagens aéreas, Curitiba-Maceió-Curitiba, para patrocinar a Miss Paraná no concurso de Miss Brasil/92.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) DALTON MACHUCA

## JUSTIFICATIVA:

Foi eleita Miss Paraná a Srta. VANESSA VILLELA DE BIASIO, representante da Cidade de Ponta Grossa.

No dia 26 de setembro próximo, será realizado o concurso Miss Brasil/92, em Maceió-AL. Para que possamos contar com a nossa representante, se faz necessário a concessão de três passagens aéreas, sendo uma para a candidata e as demais para o Diretor Estadual do Concurso - Senhor Paulo Roberto Colnaghi Ribeiro e um acompanhante, cuja viagem ocorrerá no dia 16 de setembro.

Entretanto, se não for possível atender na íntegra esta solicitação, seja concedida em parte.

## REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação a solicitação de esclarecimentos acerca da legalidade, ou não, do ato cometido pela Excelentíssima Senhora Chefe do Núcleo Regional de Educa-

ção de Cascavel, Maria Aparecida Guisardi e de seu preposto, Edson Sá, de destituírem da função de diretora da Escola Estadual São Cristóvão, de Cascavel, Marilucy Mônica Ruppel.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) PAULO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Gazeta do Paraná", em sua edição de 3 de julho, trouxe ao conhecimento popular a agressão cometida pela Chefe do Núcleo de Ensino, Maria Aparecida Guisardi, contra os alunos da Escola Estadual São Cristóvão, de Cascavel. Ofendeu a toda a comunidade escolar - alunos, professores, pais e funcionários - chamando as crianças que estudam no estabelecimento de "débeis mentais" e que "não conhecem o Núcleo de Educação mas conhecem a delegacia".

Após este incidente, extrapolando a sua competência, destituiu a diretora Marilucy Mônica Ruppel, em ato de seu preposto, Edson Sá.

De seu ato desmedido não assumiu a responsabilidade a Chefe do Núcleo, pois não existe justificativa para tamanhas agressões, mas resolveu - como ato desesperado e estratégico para evitar ser vítima de processo disciplinar - encetar denúncia contra a direção da escola. A diretora, Marilucy Mônica Ruppel, eleita pelo voto direto de toda a comunidade escolar e por todos prestigiada por seu esforço em administrar uma escola de periferia, que atende uma clientela de baixa renda, com poucos recursos, foi destituída da função de modo arbitrário, em ato aparentemente ilegal e cometido pela Chefe do Núcleo, Maria Aparecida Guisardi e pelo Assessor Jurídico do NRE de Cascavel, Edson Sá. Segundo o referido assessor jurídico do NRE de Cascavel, em reunião realizada no dia 7 de agosto, "...enquanto houver o processo administrativo, a Diretora estará destituída do cargo". Ora, ocorre que "destituição de função" é penalidade só aplicável ao final do processo, e o afastamento acautelatório é de competência do Secretário de Estado determinar.

O ato é completamente ilegal. A diretora foi nomeada pelo Secretário para exercer tal função e só a ele competia destituí-la, mediante resultado findo de processo administrativo ou como medida cautelar. Entretanto, o Secretário da Educação não a destituiu da função ou sequer mesmo a afastou, sendo que por vontade própria, calcada no próprio arbítrio, fê-lo a Chefe do Núcleo Regional de Cascavel e seu assessor, Edson Sá. Tudo isso com questionado "abuso de poder". Cabe ao Secretário de Estado da Educação agora esclarecer sobre a legalidade do ato cometido pela Chefe do Núcleo de Cascavel e seu

preposto, Edson Sá, que afastaram da função, sem a observância dos ritos legais previstos, a diretora Marilucy Mônica Ruppel, e tome as providências necessárias caso se constate o abuso do poder.

#### REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ministro dos Transportes, Affonso Camargo, e ao Engenheiro Chefe do 9° Distrito do DNER, Dr. Celso Fernandes Ribeiro, solicitando urgente recuperação da rodovia BR-277, trecho entre Palmeira-Relógio (Km 178 a Km 305).

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

É precária a situação da Rodovia BR-277, especialmente no trecho entre Palmeira e Relógio, pelo grande número de buracos que apresenta e pelas irregularidades no acostamento.

Salienta-se que esta rodovia serve de escoadouro de mais de 40% da produção do Estado e além do mais é grande o fluxo de veículos pequenos. Tem sido comum observarmos os guardas rodoviários deixando seu serviços para colocarem cascalhos nos buracos maiores, tentando, desta forma, evitar maiores tragédias.

Portanto, o atendimento desta solicitação facilitará o transporte da produção paranaense e, sobretudo, diminuirá o grande número de acidentes que têm tirado a vida, ou deixando seqüelas irreversíveis à muitas pessoas que por lá trafegam.

#### REQUERIMENTO N° 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Governador do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes quanto à situação em que se encontra a Delegacia Regional de Polícia de Dois Vizinhos/PR, conforme relato em ofício (em anexo) de autoria do Delegado de Polícia, Valdemiro Francisco do Nascimento.

Sala das Sessões, em 18.08.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A Delegacia Regional de Polícia de Dois Vizinhos não oferece condições de trabalho aos policiais que lá prestam serviços.

As instalações são precárias, com salas pequenas, dificultando o desempenho normal das atividades administrativas e da polícia judiciária.

As celas apresentam portas e fechadu-

ras de qualidade duvidosa, facilitando fugas. O sistema hidráulico está totalmente comprometido com vazamentos diários, tanto na administração quanto na cadeia pública. O sistema elétrico está na iminência permanente de curto-circuito e incêndio no prédio. O sistema de esgoto, contrariando todas as normas de Saúde Pública, possui duas fossas sépticas, uma no solar dos detentos, outra sob as janelas das celas, que principalmente nos dias chuvosos, exalam odores insuportáveis.

Há necessidade de designação de um escrivão de polícia, de carreira e de dois agentes de segurança ou detetive, aquisição de novas viaturas, pois as disponíveis estão em estado deplorável.

Carece a Delegacia Regional de Polícia de Dois Vizinhos de armamento e munição, algemas, material permanente e principalmente da instalação de uma estação fixa de rádio para facilitar a comunicação com outras Unidades Policiais.

Por reconhecer que as condições da Delegacia de Dois Vizinhos não contribui para a recuperação dos detentos, solicitamos a construção de um prédio novo ou reforma geral do prédio atual, bem como a designação de pessoal capacitado, viaturas, armamentos, estação de rádio, conforme ofício do responsável por aquela unidade policial.

#### REQUERIMENTO N° 1287

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa de Leis, via fax, ao Senhor Presidente da República Fernando Collor de Melo e ao Senhor Ministro da Educação, Eraldo Tinoco, solicitando providências urgentes quanto ao andamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - MEC/FAE, que, como é notório, vem discriminando injustificadamente os Estados da Região Sul.

Sala das Sessões, em 18.08.92

(a) EMILIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta deve-se ao fato do Governo Federal não vir repassando os recursos para a merenda escolar aos Estados do Sul, conforme estampado nas páginas dos jornais.

Tão grande decisão causa-nos preocupação, tendo em vista que a maioria dos estudantes fazem da merenda escolar sua única refeição diária, pois a cada momento a população fica mais pobre, e consequentemente tem maior necessidade dos poucos benefícios que o Estado deve lhe oferecer.

A Bancada Federal do Paraná não pode ficar sem se manifestar, pois as consequências serão avassaladoras, contribuindo

para que o sul do País fique à deriva, dependendo de acordos políticos para que se cumpra pelo menos o mínimo das obrigações que a Constituição determina ao Estado.

## REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa de Leis, ao Senhor Governador do Paraná, Roberto Requião, solicitando que o Estado tome providências urgentes para solucionar a distribuição de merenda a todas as Escolas Estaduais.

Sala das Sessões, em 18.08.92

(a) EMILIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

O presente deve-se ao fato do Governo Federal não estar repassando os recursos necessários à distribuição da merenda escolar, também ao Paraná, fazendo-se imprescindível uma ação emergencial do Estado para suprir esta carência.

Não desconhecemos que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é de responsabilidade federal. Mas não podemos desconsiderar que a população, cada dia mais empobrecida, depende de intervenção dos diversos níveis de administração para que possa sobreviver. Não se trata de propor uma medida paternalista, mas as crianças matriculadas nas escolas estaduais precisam ser atendidas em suas necessidades básicas. Elas não podem esperar pelas definições do papel ou da esfera de competência de cada nível do Governo.

É largamente sabido que a merenda é um Programa essencial à Educação. Basta citar um simples relato verbal para mostrar a eficiência - já sabida e reconhecida - em sua utilização, qual seja: a Associação de Pais e Mestres do Colégio Vicente Rijo, de Londrina, constata que também no período noturno de aulas, com o fornecimento regular da merenda aumentou a capacidade de aprendizado dos alunos e diminuiu a evasão escolar. Mas a merenda ali depende da boa vontade de feirantes, comerciantes e outras pessoas da comunidade, que contribuem com doações em gêneros alimentícios ou participam das muitas promoções, como rifas, realizadas pela Associação, que a exemplo de tantas outras sabe que a maioria dos estudantes têm como única refeição diária a merenda servida na escola.

Com a política de distribuição adotada pelo Governo Federal, destinando mingua das quantidades de suprimentos aos Estados do Sul, os estoques das escolas estaduais do Paraná estão passando dos níveis críticos. Diretores e professores dos estabelecimentos da periferia, principalmente, não sabem mais o que fazer para evitar que os

alunos continuem com fome, com baixo rendimento e deixando as aulas.

Assim como solicitamos providências urgentes do Governo Federal, restabelecendo as cotas de merenda adequadas às 1.800.000 crianças do Paraná, e confiamos num posicionamento da Bancada Federal de Deputados e Senadores, em defesa de um Programa sem discriminações, esperamos sensibilidade por parte do Governo do Estado. Isto para que os alunos das escolas estaduais não sejam privados da merenda e do aprendizado.

Acreditamos na adoção de mecanismos por parte do Estado, para evitar que esta situação se agrave ainda mais, com profundas e tristes repercussões.

E a exemplo do que fazem muitos municípios paranaenses, impeça que a fome seja institucionalizada nas suas escolas.

## REQUERIMENTO N° 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa do artigo Editorial "LUTO", publicada na Folha de São Paulo no dia 15 de agosto do corrente.

Sala das Sessões, em 18.08.92

(a) DOUTOR ROSINHA

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N° 222/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Goju-Ryu de Karatê do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.92

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Goju-Ryu de Karatê do Paraná é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade difundir a prática dos desportos amadores e olímpicos entre seus associados, principalmente o karatê e afins, proporcionando-lhes os meios para aperfeiçoamento do caráter e espírito cívico.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Com isso propomos o presente plano de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI N° 223/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação, sem licitação, pelo Departamento de Estradas e Rodagem, de serviço de mão-de-obra volante - bóias-frias, para a realização de obras de manutenção das rodovias estaduais, pavimentadas ou não.

§ 1º - A contratação será feita diretamente junto aos Postos do DER, nas cidades onde houver, ou através de convênios com as Prefeituras ou Cooperativas.

§ 2º - Os serviços a que se refere o artigo anterior são os de drenagem, tais como, limpeza de bueiros, drenos, sarjetas, valetas de proteção, assim como, limpeza de faixa de domínio, com roçadas periódicas, limpeza e manutenção da sinalização vertical.

Art. 2º - A contratação dos trabalhadores será por um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias por ano.

Parágrafo Único - Serão contratados semestralmente, por um período mínimo de 60 dias e no máximo de 90 dias para o 1º semestre e, da mesma forma no 2º semestre.

Art. 3º - Os empregados não terão vínculo empregatício com o Departamento de Estradas e Rodagem, sendo contratados para trabalhos temporários por períodos limitados.

§ 1º - O pagamento será feito semanalmente aos funcionários, com base no salário mínimo vigente no País.

§ 2º - Ao final do contrato de trabalho, os funcionários receberão todos os encargos trabalhistas previstos pela legislação, referentes ao período contratado.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As contratações para a realização dos trabalhos de manutenção das estradas estaduais são feitas, atualmente, através de licitações.

As empresas habilitantes fazem seu preço, e fornecem a mão-de-obra necessária para a realização do serviço licitado. Ocorre que, além da necessidade de ser feita licitação específica para cada tipo de serviço, na maioria dos casos ocorre cancelamento e mesmo atrasos no início das obras.

Nos estudos realizados pelo DER, conforme anexo, fica comprovado que o serviço executado com a utilização de bóias-frias é o de custo mais baixo. Aliado a esse fator, reduz-se ainda mais o custo dos serviços ao utilizar-se o transporte próprio do órgão, levando um número significativo de trabalhadores e em melhores condições.

O custo dos serviços prestados pela iniciativa privada atinge patamares bem mais elevados se levarmos em conta que a empresa prestadora do serviço necessita, obviamente, auferir lucros pela intermediação.

Com a autorização para que o DER contrate diretamente os bóias-frias, através das assinaturas de convênios com prefeituras ou cooperativas, o custo do serviço além de reduzir-se sensivelmente, proporcionará ao trabalhador um maior rendimento, tendo em vista que o mesmo receberá todos os encargos a que tem direito, o que não ocorre no caso da contratação através das empreiteiras, que no contrato alegam pagar todos os benefícios ao trabalhador, mas, na realidade, não o fazem.

Há necessidade do DER/PR garantir a segurança das estradas e dos usuários. Para tanto, com relação à segurança das estradas necessitamos manter limpos os dispositivos de drenagem, tais como: bueiros, drenos, sarjetas, valetas de proteção, etc.

No caso da segurança dos usuários, é necessário fazer a limpeza de faixa de domínio, realizando roçadas periódicas, limpeza e manutenção da sinalização vertical, fechamento de buracos nas estradas, etc.

Com estes serviços feitos à época certa e em quantidades e períodos satisfatórios, os riscos em épocas de chuvas prolongadas seriam menores, proporcionando mais segurança e maior comodidade aos usuários.

Por estes motivos, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares integrantes desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - (Lê) Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas:

NEM TUDO QUE É LEGAL É MORAL

Esta célebre frase popular, mais do que nunca serve para os dias de ontem e fundamentalmente para os de hoje. Temos um emaranhado de Leis, Decretos-Leis, Portarias etc. A verdade é que perdemos o referencial jurídico, Leis sem sentido, sem eficácia, e sem conteúdo político-social.

Há leis que nascem sem objetivo e sem destino. O Legislador moderno tem que estar em sintonia com a modernidade, a Lei tem que ser orgânica e tem que ter alma social para acompanhar o movimento da tecitura social.

"Nem tudo que é legal é moral", esta acertiva neste momento tem o endereço certo; é que volto da região de Irati, extre-

mente indignado ao ouvir e constatar a grita geral dos pequenos agricultores, no que refere-se à extorsão praticada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná- FAEP, ao cobrar injustamente de forma compulsória e imoral, a malfadada "Contribuição Confederativa Rural".

Ao chegar em meu gabinete, imediatamente estabeleci contatos com a FAEP, com o intuito de esclarecer tais procedimentos, quanto aos critérios utilizados para a cobrança compulsória de valores exorbitantes, dos pequenos agricultores.

Alegam os juristas de plantão da FAEP, que as cobranças efetuadas são legais. Utilizam os juristas de plantão com fundamento jurídico, o genérico artigo 8º, da Constituição Federal, e o retrógado, ineficaz, e imoral "Decreto-Lei 1.166/71".

O referido Decreto-Lei, com certeza não atendeu os interesses da época e sem dúvida alguma não atende as necessidades do momento de crise social-econômica pela qual vivem os nossos agricultores.

O agricultor brasileiro e em especial o paranaense, combalido pela política recessiva do Governo Federal, a cada dia que passa, vê o seu pequeno patrimônio, ser dilapidado pelos agiotas do sistema financeiro nacional, avalizado por esse governo antipatriótico e entreguista.

O nosso agricultor não aguenta mais este estado de coisas, ora são os juros abusivos, ora as intempéries climáticas, taxas, impostos, I.T.R. e agora este assalto à luz do dia, com a cobrança dessa tal Contribuição Federativa Rural.

Diz a letra "b" do artigo 1º do hipócrita Decreto-Lei 1.166/71, ao definir os critérios de enquadramento para cobrança da contribuição confederativa rural que aliás está prevista na Constituição Federal em sentido amplo, necessitando com urgência de Lei Complementar que seja moderna e eficaz.

Mas, falávamos do hipócrita Decreto-Lei, a Letra "b", quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim estendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A frase inicial "Nem tudo que é legal é moral", tem endereço certo, é o endereço da FAEP. Essa entidade precisa rever os seus conceitos de entidade representativa de classe.

Será que não enxergam, o momento da crise em que vivem os nossos agricultores? Será que não entendem que a aplicação do Decreto-Lei, para efeitos de enquadramento

é imoral?

O que o pequeno e médio proprietário rural de 1971 vivia uma outra ótica econômica onde o nosso País esbanjava fartura e vivia o chamado milagre brasileiro.

A FAEP, tem que entender que os dias de hoje são outros, o momento é dos mais graves da nossa história, a crise é total. A FAEP tem que estar em sintonia com os reclamos do campo, ou corre o sério risco de ficar isolada no processo.

Disse o filósofo: "Não podemos estar atrás e nem à frente, temos que estar juntos".

Senhores Deputados e Deputadas, temos que fazer desta tribuna a caixa de ressonância das reivindicações dos nossos agricultores, o Decreto-Lei nº 1.166/71, é imoral e inaplicável, temos que mobilizar os nossos Senadores e Deputados Federais, para com urgência enterrar este monstro Decreto-Lei, e por outro lado fazer com que os mesmos proponham um projeto de lei viável, moderno e justo, e que exclua os que não podem pagar, isto é justiça.

Hoje ainda estaremos estabelecendo contatos com os nossos representantes para este procedimento.

"Nem tudo que é legal é moral".

Muito obrigado.

Este pronunciamento, Sras. e Srs. Deputados, prende-se pelo fato que tenho aqui um número sem fim de avisos de débitos de cobranças de pequenos agricultores rurais, para se ter apenas uma idéia, um pequeno agricultor lá de Irati de nome Miguel Vieira de Mello que deve ter aproximadamente dois alqueires de terra além do imposto territorial rural ele tem que pagar, ainda, essa contribuição da Faep mais duzentos e noventa e nove mil, cento e noventa e nove cruzeiros. É um verdadeiro abuso o que está acontecendo.

Era isso, Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o horário do Pequeno Expediente e horário da Liderança do PSDB. No Grande Expediente não há Oradores inscritos, passamos ao horário das Lideranças.

PDT com a palavra.

Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, nós temos hoje na pauta da Ordem do Dia apenas vetos e a nossa preocupação neste momento em ocupar esta Tribuna é para discordarmos, inclusive não sabemos se já foi encaminhado à Mesa algum pedido de votação em bloco dos referidos vetos. Eu creio que isso está tornando-se uma característica que na nossa visão é ruim no momento em que nós sabemos que a

Ordem do Dia deve ser votada como sempre é feita: capítulo por capítulo. E a Assembléia ultimamente tem votado a Ordem do Dia quando trata de vetos, em bloco. Eu acho que isso é prejudicial ao próprio trabalho desta Assembléia à transparência dos trabalhos nesta Assembléia.

Nós estamos vendo hoje na Ordem do Dia alguns projetos vetados pelo Governo do Estado que são preocupantes. É óbvio que não somos favoráveis a que todos os vetos sejam derrubados. Nós somos favoráveis à revisão e à derrubada de alguns vetos, à manutenção de outros mas há projetos significativos para a nossa sociedade.

Nós estamos vendo aí uma proposta de veto ao projeto do próprio Poder Executivo que, naquela oportunidade, recebia emenda do próprio Executivo que tratava do adicional noturno aos professores; projeto do Executivo, emenda vinda de Deputado de sustentação ao Governo nesta Casa e através da própria Secretaria da Educação essa emenda foi apresentada. Vão querer cobrar-nos de que o outro projeto nesse sentido foi apresentado à Casa. É óbvio, nós temos conhecimento disso, mas temos certeza de que a coerência da própria Bancada de Sustentação é com aquilo que diz a Mensagem do próprio Poder Executivo, emendada nesta Casa por Deputado que sustenta a Bancada do Governo aqui.

Uma outra questão que vemos como bastante preocupante é projeto da doação, inclusive do atual Secretário José Afonso Júnior, que autoriza o Poder Executivo à doar à UPES o imóvel situado na Rua Carlos Cavalcanti. Ora, se é um direito dos estudantes, se esta Casa esteve com eles até agora por que esta Assembléia não pode viabilizar este pedido do Deputado José Afonso, hoje Secretário do Governo Requião?

Uma outra questão que vemos como preocupante neste é a forma como estes vetos têm sido discutidos e encaminhados como já dissemos.

Queremos deixar também registrado na Casa a nossa preocupação referente ao projeto 56/92 que trata da criação do fundo de previdência no Estado do Paraná. Em momento algum a Bancada do PDT é contrária à reavaliação, a readequação do sistema de previdência do Estado do Paraná, do sistema de saúde. Nós achamos que isso deve acontecer. Nós acreditamos que há necessidade urgente de uma remodelação em todo esse processo. Mas no momento em que se pede a transparência das informações e recebe-se as informações pela metade, nós temos por obrigação registrar uma posição contrária visto que a aprovação do substitutivo como se encontra no projeto, através de mensagem do Governo em sua originalidade, comprometeria em muito a vida de

mais cem mil servidores deste Estado.

A Bancada do PDT, em hipótese alguma, é contrária à remodelação do sistema previdenciário, do sistema de saúde ou dos direitos dos servidores mas desde que isso se dê através de uma discussão ampla, transparente trazendo as verdades dos fatos para que todos tomem conhecimento. Não podemos também deixar de registrar que esta Casa promoveu duas discussões a respeito desta matéria, mas muitas questões ainda estão pendentes de esclarecimentos e com certeza a bancada do PDT quando da transparência desses fatos votará ao lado dos servidores para que tenham uma vida digna que é o que o Estado lhe deve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) PST com a palavra (declina)  
PFL (declina)  
PRN (declina)  
PTB (declina)  
PT (declina)  
PL (declina)  
PSDB (declina)  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados

Sobre a mesa. Ofício n° 446/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa na Sessão Plenária do dia 18 do corrente mês, em função de compromissos no Município de Cianorte. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonesé, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós acreditamos até que merecem esclarecimento maior ao Plenário e eu pediria a Vossa Excelência a revisão em cima daquilo que argumentamos da tribuna desta Casa. Há projetos preocupantes, dentre eles eu destaco inclusive o Projeto do próprio Deputado proponente da votação em bloco, que é o Deputado Lourenço Fregonse. Nós acreditamos que este projeto que diz da questão dos incineradores

merece uma discussão mais aprofundada. Assim como é preocupante esses projetos que acabamos de citar da tribuna da Casa então acreditamos que merece uma discussão individual de cada projeto para gente ter uma transparência maior dos vetos apostos pelo Senhor Governador do Estado. A Bancada do PDT é contrária a votação em bloco dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência labora em equívoco quando fala na proposição 573/91 do Deputado Fregonense.

O SR. PAULO MAIA - Faremos a correção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Votação do requerimento do Deputado Lourenço Fregonense sem prejuízo da apreciação do requerimento da Bancada do PT.

Senhores Deputados que aprovam a votação global sem prejuízo do requerimento da Bancada do PT, conservem-se como estão **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Lygia Puppato, constante do expediente, solicitando votação em separado para as Proposições nº 52/92 e 56/92, incidentes sobre os Projetos nº 98/92 e 395/91, respectivamente. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 051/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 055/92 de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza a Prefeitura Municipal de Terra Rica, a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola como salas de aula para cursos supletivos, e dá outras providências. Com Relatório da CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 563/91 de autoria do Deputado Dalton Machuca, que dá nova redação ao artigo 10. da Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com Relatório da CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 186/92 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado - Of. nº 066/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de

Justiça e Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela CLT. vigentes em maio de 1992, conforme especifica. Com Relatório da CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT/Nº 146/92

Curitiba, 26 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 173/92. dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º. do art. 71. ambos da Constituição Estadual. vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 186/92. por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre reajustamento de vencimentos e vantagens, conforme específica, dos integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso II, do art. 5º.

O não acolhimento ao mencionado dispositivo decorre do fato de que, em razão de sua redação, ensejaria dúbias interpretações, inclusive a de que o reajuste nele previsto seria cumulativo com o do inciso anterior, somando 75% (setenta e cinco por cento) e não exatamente 50% (cinquenta por cento) como seria o caso.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 060/92 - VETO PARCIAL

P A R E C E R:

A presente Proposição veta parcialmente o Projeto de Lei nº 186/92, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada, bem como os salários do Pessoal regido pela CLT. vigentes em maio de 1992, conforme especifica.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apre-

ciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal para votação dos Projetos de Lei 51/92, Proposição 53/92 e 60/92.

Far-se-á a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Votaram 41 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 41 Senhores Deputados.

Designo os Senhores Deputados Hermas Brandão, Djalma de Almeida César e Luiz Carlos Martins para constituírem a comissão escrutinadora.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós parlamentares, fomos surpreendidos agora à tarde, com a entrega de uma fotocópia e isto tem causado até uma expectativa de algumas pessoas nas tribunas e eu quero dizer que o que os Deputados estão recebendo em mãos, é uma certidão de uma matéria publicada no "Jornal do Brasil", que fala que o PC é filiado ao PMDB. Então, para matar a curiosidade, a gente faz essa comunicação de que Maluf declarou no horário da televisão de que o PC, com certidão e tudo, é filiado ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 41 Senhores Deputados.

Com a cédula sim: 24, com a cédula não: 15 e 02 brancos.

Estão mantidos os vetos.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 098/92, e autoria do Poder Executivo - Mens. nº 19/92, que institui a gratificação de apoio educacional, a gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica, aos professores especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º graus. Com Relatório da CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT/Nº 122/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 116/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do disposto no § 1º, do art. 71 - ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 098/92, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Gratificação de Apoio Educacional aos Especialistas de Educação, em exercício de funções técnico-pedagógicas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, e aos Professores e Especialistas do Magistério Público Estadual, também de 1º e 2º graus, em exercício de funções técnico-pedagógicas ou administrativas da Administração Central e nos Núcleos Regionais da Educação da Secretaria de Estado da Educação, estabelecendo, ainda, percentuais para os diferentes casos em que será aplicada bem como critérios para sua concessão. Visa, ainda, instituir gratificação pelo local do exercício e por exercício em período noturno.

Embora a medida tenha sido proposta pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 19/92, de 13 de abril próximo passado, no uso da competência que lhe é reservada pelo disposto no art. 66, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, o presente Projeto de Lei não pôde merecer sanção em razão da indiscutível inconstitucionalidade da Emenda aprovada por essa augusta Casa ao artigo 1º. Tal Emenda, por acarretar aumento da despesa prevista, afronta o preceito contido no inciso I, do art. 68, da Carta Estadual, que não permite emendas dessa natureza em projetos cujo início do processo legislativo seja da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo..

A questionada Emenda veio desvirtuar a proposta original, ampliando de maneira significativa sua abrangência, chegando ao ponto de permitir interpretações variadas e até de que o benefício seria estendido a todos os profissionais de ensino que atuam no Magistério Público Estadual nos seus vários níveis. Vale frisar que a concessão generalizada de tal benefício viria, por certo, desestimular os professores que, por se encontrarem ministrando ensinamentos num contato permanente e direto com o alunado, percebem a chamada "Gratificação de Regência", vantagem esta instituída justamente como estímulo à permanência do professor em sala de aula.

Ademais, devo esclarecer que deixei de lado a possibilidade de veto parcial porque, com a alteração do artigo primeiro por decorrência da já referida Emenda, os demais dispositivos da proposição tornaram-se desarmônicos dentro do contexto geral da medida e, portanto, não puderam, também, merecer acolhida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

(O Proj. de Lei 98/92 foi publicado no D.A. n° 36 de 14.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 52/92

P A R E C E R:

Procedendo a devida análise, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral, aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 98/92, oriundo da Mensagem Governamental n° 19/92, que institui a gratificação de apoio educacional, a gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme especifica, aos professores especialistas de educação do Magistério Público de 1° e 2° graus.

O veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 056/92, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar a União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel situado à Rua Carlos Cavalcanti, 1157, Curitiba, sede histórica da entidade. Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. OF/DTL/SAT N° 133/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 108/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 395/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel que descreve situado nesta Capital, à Rua Presidente Carlos Cavalcanti, objeto da Matrícula n° 15.196, do Cartório da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua inconstitu-

cionalidade, eis que fere o art. 10 da Carta Estadual, pois tal preceito exige não só a declaração de Utilidade Pública e a inexistência de fins lucrativos, mas, também, que se trata de "entidade de assistência social", estando, nesta pretendida doação, atendidas apenas as duas primeiras condicionantes.

Ademais, há que se ressaltar o fato de que o imóvel está presentemente cedido à União Paranaense dos Estudantes, por termo celebrado anteriormente a 5 de outubro de 1989, data da promulgação da atual Constituição Estadual, o que por si só já enseja sua utilização pela UPE.

Esses motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei 395/91, foi publicado no D.A. n° 110 de 05.09.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Amparado em dispositivo constitucional, o Senhor Governador do Estado vetou o projeto de autoria do ilustre Deputado e atual Secretário de Estado do Esporte e Turismo, José Afonso Júnior, que autoriza o Governo do Paraná a doar, com cláusula de inalienabilidade, o imóvel em que funciona atualmente a própria UPE.

Fomos relator do parecer inicial dado nesta CCJ, onde obtivemos unânime aprovação, após várias diligências.

Em suas razões, alega o Governador do Estado que a Entidade beneficiada cumpre apenas os quesitos de declaração de utilidade pública e inexistência de fins lucrativos, mas não se trata de Entidade de "assistência social".

Parece-nos flagrante o engano de Sua Excelência; a UPE é uma Entidade historicamente voltada aos interesses dos milhões de estudantes paranaenses, a quem socorreu quando teve condições e sempre buscou assistir aqueles que menos podiam assumir os custos de uma ativa participação acadêmica! Sua livre e democrática atuação foi violentamente ceifada pelo regime que se implantou em 1964. Agora, é meritória a proposição e se transforma num ato de justiça!

Entendemos que o veto se encontra em condições de ir a plenário, para soberana decisão dos Senhores Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O Senhor 1° Secretário procederá à

chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede chamada nominal para votação).

Termina a Chamada Nominal para votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 Senhores Deputados.

Designo Comissão constituída pelo Deputado Paulo Maia, Ovídio Constantino e Toti Colaço para fazerem parte da Comissão escrutinadora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 Senhores Deputados.

21 SIM.

21 NÃO.

02 BRANCO. Os vetos são mantidos.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que torna obrigatória a instalação de incinerador nos hospitais da rede pública e privada do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 162/91, de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Por outro lado, visto não ser nossa atribuição analisar a matéria sob o mérito, permitimo-nos alertar a douta Comissão de Saúde Pública que atente para os aspectos já mencionados neste parecer, à luz, dentre outros, dos documentos que anexamos ao presente, no sentido de contribuir na análise tanto da Comissão retro mencionada como do egrégio Plenário.

Feitas as ressalvas, concluímos pela normal tramitação do Projeto de Lei nº 573/91.

Sala das Comissões, em 10.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa retira da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 573/91, por se encontrar com documentação incompleta.

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1283 e 1284, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1287 e 1288, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1285, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1286, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Em discussão.

A SRA. LYGIA PUPATTO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 1289, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Em discussão.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno. Requerimento de nº 1277, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 49, 50, 54 e 55/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 178/92.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/92

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO Buseti, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, VINÍCIOS FRANÇA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - autorizar VINÍCIOS FRANÇA GOMES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/92  
exonerar, a pedido, NÉSIO LUÍS FEDERHEN,

do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5366)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 252/92

I - exonerar, a pedido, VILMA MARIA SOUZA LEAL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, VILMA MARIA SOUZA LEAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, ORALDA CARLOTA ADUR DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1992. (Prot. n° 5619)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 253/92

I - exonerar, a pedido, SANDRA MARIA FERRARI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, SANDRA MARIA FERRARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, DIVA REGINA ANTUNES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5635)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 254/92

I - exonerar, a pedido, ELIAS RONCHINI MONTALVAO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, JÚLIO CEZAR MAÇANEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. 5636)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 255/92

I - exonerar, a pedido, HILDA MARIA MONTEIRO CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, HILDA MARIA MONTEIRO CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5833)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 256/92

I - exonerar, a pedido, JAQUELINE GUEÑO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, DENISE MARA WEISS BELEM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5845)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 257/92

I - exonerar, a pedido, HÉLIO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, RONALDO PEREIRA FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5893)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 258/92

exonerar, a pedido, ALOYSIO GUIMARÃES CONTE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n° 5927)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 259/92

I - exonerar, a pedido, DALVA WEINERT NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - exonerar, a pedido, DAIR NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - exonerar, a pedido, NELSON BARBARA BUCALÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

IV - prover, DALVA WEINERT NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

V - autorizar DALVA WEINERT NOGUEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1992; de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, DAIR NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prots. n°s 5947 e 5948)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 260/92

I - exonerar, a pedido, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo

Cartário, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, JOSÉ GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. nº 6031)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.08.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/92

I - exonerar, a pedido, EVANILDE GUERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, LAURA SANCHES MUNHOZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - exonerar, a pedido, MARIA DO CARMO ALMEIDA MANCHINI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992;

IV - prover, MARIA DO CARMO ALMEIDA MANCHINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992;

V - prover, ANTÔNIO MANGOLIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992;

VI - exonerar, a pedido, HERÁCLITO MACHADO SÂNDANO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prots. nºs 6112, 6113, 6114 e 6145)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.08.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/92

I - prover, ALDINO MALDANER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1992;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIA REGINA DE OLIVEIRA GABARDO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, MÔNICA GUIMARÃES SANTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992;

IV - prover, JUCINÉS DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. nº 6221)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.08.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 263/92

I - exonerar, a pedido, ERIVELTO DA SILVA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, SÉRGIO DE SOUZA, para

exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, MARIZA SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. nº 6233)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/92

I - exonerar, a pedido, ANA INÊS SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, ANTONIO CLARETE GUALBERTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - autorizar ANTONIO CLARETE GUALBERTO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6240)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/92

I - exonerar, a pedido, DORIS MARLI FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Deputada Lygia Pupatto, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, ANA INÊS SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Deputada Lygia Pupatto, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. nº 6241)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 266/92

I - exonerar, a pedido, ARISTOCLETO JOSÉ PORTELA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - exonerar, a pedido, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

III - prover, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

IV - exonerar, a pedido, RICARDO COSTENARO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de agosto

de 1992;

V - prover, ARISTOCLETO JOSÉ PORTELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de agosto de 1992;

VI - autorizar, ARISTOCLETO JOSÉ PORTELA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.º 6268)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.08.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 267/92

I - exonerar, a pedido, LINDALVA MARIA DE MOURA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, JOAQUIM HENRIQUE LAUER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n.º 6318)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.08.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 268/92

I - exonerar, a pedido, JEANNE LOUISE DE CERJAT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, ROSANGELA APARECIDA FARIA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n.º 6360)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.08.92

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 269/92

I - prover, RAUL CARLOS DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992;

II - prover, LEONILDA TEREZINHA DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de agosto de 1992.

(Prot. n.º 6408)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.08.92

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - 1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2º Secretário

#### Ata de Comissão:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a

Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Hermas Brandão, Mário Bezerra, Nelson Justus, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto, Ovídio Constantino e Nilton Barbosa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. O Senhor Presidente comunicou aos Deputados presentes que devido a urgência, relatará o Projeto de Resolução que segue neste primeiro item, 1) Projeto de Resolução nº 10/92 de autoria do Deputado Anibal Khury, que nega a autorização para a realização de plebiscito de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 141/91, em tramitação da Câmara Federal. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Erondy Silvério - APROVADO, com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino. 2) Proposição Veto 83/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 206/92 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 4) Proposição Veto nº 74/92 do Poder Executivo, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 5) Proposição Veto nº 63/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 6) Proposição Veto nº 60/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 204/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 8) Proposição Veto nº 67/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 9) Proposição nº 87/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 205/92 de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan à Emenda - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 73/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 78/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 13) Proposição Veto nº 85/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 65/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 15) Proposição Veto nº 68/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 16) Proposição Veto nº 80/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 66/92 do Poder Executivo.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 203/92 de autoria do Deputado Edson Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 76/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão, ressaltando que dado o mérito da matéria, se-

ja encaminhado expediente ao Poder Executivo, solicitando envio de mensagem de que trata o artigo 35 parágrafo 3º da Constituição Estadual - APROVADO o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária